

ANP. 26 MAR 1987  
POLITICA

## O modelo parlamentarista

JORGE ARBAGE\*

Defende-se a adoção do sistema parlamentarista de governo, mediante redução do âmbito das responsabilidades do presidente da República, repartindo-as com um Conselho de Ministros, sem deixar em postura institucional de reserva majestática o presidente.

Comporta distribuir o poder, mas nunca debilitá-lo ou torná-lo ineficaz e instável. O aumento de competência de órgão estatal deve ser acompanhado de instrumental correspondente de controle.

Convém salientar que a formulação parlamentarista, advinda da redução de poderes da esfera presidencial diminuiria os coeficientes despóticos do regime tanto quanto ampliaria a margem de participação popular, pela possibilidade de ser o povo chamado diretamente a dirimir uma crise política, com a eleição popular, após a dissolução da Câmara dos Deputados.

Levar-se-ia para a estrutura do Executivo a divisão interna de órgãos básicos, tal como acontece saudavelmente nas esferas do Legislativo e do Judiciário. E ainda assim permaneceria um reduto do Poder Executivo — a chefia de Estado — reservado ao presidente da República, de caráter unipessoal, enquanto os demais órgãos fundamentais apresentar-se-iam com feição colegiada.

Todavia, sempre que se tem colocado o sistema parlamentarista em pauta de discussão, via de regra surgem objeções, argumentando com a experiência frustrada de 1962, de maciça rejeição popular. É necessário convir que naquele episódio histórico o objeto do veredito popular não foi de modo algum o sistema parlamentarista de governo, uma vez que este não foi, efetivamente, experimentado, não encontrando margem para colocar em aplicação as suas virtualidades, tudo sendo feito, desde os primeiros instantes, a partir de sua implantação, para conduzi-lo ao aniquilamento.

Basta recordar que o povo brasileiro viu-se surpreendido com a até hoje não explicada razão que levou o presidente Jânio Quadros a optar pela renúncia, sentindo dilaceradas as suas esperanças, recém-anunciadas em sua consagrada votação.

A fórmula parlamentarista ao estilo brasileiro foi utilizada como saída emergencial para superação de uma crise político-militar, hábil e persistentemente explorada como manobra para esvaziar os poderes presidenciais, ao momento em que assomava o vice-presidente da República, que se tornara, desde a vacância, o legítimo sucessor do presidente resignatário.

Foi este o ponto de partida para uma cruzada cívica, com a mobilização de todos os meios existentes no setor da comunicação para a retomada dos poderes presidenciais, impedindo que autenticamente funcionasse o sistema parlamentarista através de campanha de descrédito encenada perante a opinião pública.

Quando o povo exteriorizou a sua vontade na consulta plebiscitária, a avassaladora corrente do "não" estava, em verdade, assumindo um sentido positivo a favor da retomada dos poderes retirados do presidente da República, e nunca uma negação intencional às idéias e técnicas subjacentes no modelo parlamentarista.

Observa-se, também, que naquela oportunidade, o presidente da República foi a causa do bloqueio e virtual derrocada do parlamentarismo; paradoxalmente, desta feita, poderia tornar-se o principal responsável por seu lançamento em bases susceptíveis de consolidação.

As circunstâncias são, portanto, diametralmente opostas.

\*Jorge Arbage é deputado pelo PDS do Pará



## Covas promete manter critério

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, afirmou ontem que o PFL não será "compensado" nas comissões pela perda da 1ª vice-presidência e da 1ª Secretaria para o seu partido. Segundo garantiu, o critério da proporcionalidade partidária será observado "rigorosamente" na composição dos grupos constitucionais.

Covas também esquivou-se de fazer comentários a respeito da distribuição dos cargos mais importantes nas comissões. "A importância de cada comissão é algo muito relativo, depende da avaliação pessoal de cada um", começou a dizer o líder peemedebista, para logo em seguida admitir que a comissão da ordem econômica, assim como a de sistematização, não são tão cotadas gratuitamente.

Ainda hoje, logo após a eleição da Mesa da Constituinte, o senador Mário Covas volta a reunir-se com os líderes do PFL, José Lourenço e Carlos Chiarelli, para acertar a divisão dos cargos nas comissões. Ele recebeu uma proposta dos pefelistas no sentido de que todas as presenças fiquem com aquele partido e todas as relatorias com o PMDB, mas disse que o assunto depende de consultas que fará à bancada. "De qualquer forma, parece-me que o relator é mais importante que o presidente".

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder

peemedebista no Senado, também considera "ótima" a idéia do PFL. Ele adverte, contudo, que a Frente Liberal não terá direito a todas as presenças, já que os demais partidos também serão contemplados com alguns cargos. Na cota de cargos que couber àquele partido, contudo, é "razoável que eles fiquem com as presenças e nós com as relatorias".

### CONTRAPARTIDA

A disposição de Covas de não recompensar o PFL pelas perdas na Mesa da Constituinte não encontra eco entre os pefelistas. Segundo o líder José Lourenço, o "caminho do diálogo" ainda pode ser encontrado na negociação em torno da distribuição de cargos.

Lourenço fez questão de enfatizar que a participação do seu partido na composição das comissões não se trata de "concessão" do PMDB. Pelo contrário: é resultado de um dispositivo regimental que estabelece o princípio da proporcionalidade partidária na constituição daqueles órgãos.

O líder pefelista recusou-se a adiantar quais os cargos que serão pleiteados pelo seu partido, limitando-se a criticar a divulgação antecipada de nomes de presidentes e relatores de Comissões pelo PMDB. "Eles ainda não discutiram o assunto conosco", reagiu Lourenço.

## Prevalecerão acordos

A decisão do PMDB em manter o cargo de 1º secretário da Assembleia Nacional Constituinte, que era pleiteado pelo PFL, não interfere na Aliança Democrática. Quando muito, trará apenas mais uma dificuldade, a ser transposta pela própria dinâmica parlamentar. Essa é a opinião do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, para quem, se em alguns momentos os fatos sugerem o rompimento, há entre os líderes maiores dos dois partidos a convicção de que a manutenção da Aliança é essencial no processo de transição de-

mocrática. E isso, assegura, fala mais alto.

Sant'Anna não mostrou qualquer preocupação com a repercussão da decisão do PMDB, achando que no final sairá um acordo com o PFL em torno dos cargos de presidentes e relatores das comissões. Mesmo a grita do PFL encara com naturalidade: "Fazer barulho faz parte do processo". Ele acha também que essas dificuldades não interferem na costura de uma base de sustentação parlamentar para o Governo, em caráter permanente, como a que tenta deslanchar.

ANÚNCIO FONADO 223-2323

ANC 88

Pasta 26 a 31

março/87

016